

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MICHELI BORGES KOINASKI

**A ANALISE DA INADIMPLÊNCIA ATRAVÉS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE
ELETRICIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA
2017

MICHELI BORGES KOINASKI

**A ANALISE DA INADIMPLÊNCIA ATRAVÉS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE
ELETRICIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção de grau de bacharel do curso de
Ciências Contábeis da universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Realdo de Oliveira da
Silva

CRICIÚMA

2017

MICHELI BORGES KOINASKI

**A ANALISE DA INADIMPLÊNCIA ATRAVÉS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE
ELETRICIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Análise Financeira.

Criciúma, 05 de Julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva - Orientador

Examinador Prof. Me. Fernando Marcos Garcia

Examinador Prof. Esp. João Vânio Mendonça Cardoso

Com todo meu amor, dedico a meus pais e
minha irmã, pela compreensão, apoio e
contribuição para minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por todas as conquistas que me permitiu realizar.

Aos meus pais, Everaldo Koinaski e Marli Borges Koinaski, minha irmã Misleini Borges Koinaski, que são os alicerces da minha vida, agradeço pela confiança em mim depositada pelo apoio e motivação para realizar mais esta etapa. Muito obrigada por tudo.

Aos amigos da vida e aos que a faculdade me deu, obrigada pelo carinho e apoio.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis, pela dedicação e ensinamento, em especial ao meu orientador Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva, pela compreensão e auxílio na concretização deste trabalho.

À CEJAMA, pela oportunidade em realizar este estudo, especialmente ao Sr. Valdemiro Recco, presidente, ao Sr. Adeodato Tramontim, contador da CEJAMA e aos demais colaboradores, que auxiliaram e prestaram informações fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que fazem parte da minha vida e que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse concretizar com êxito este trabalho.

**“Estar decidido, acima de qualquer coisa, é
o segredo do êxito”.**

Henry Ford.

RESUMO

KOINASKI, Micheli. **A GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA ATRAVÉS DA ANÁLISE CONTÁBIL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA** 2017. 57 p. Orientador: Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma SC.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar através das demonstrações financeiras, o índice de inadimplência em uma cooperativa de eletricidade localizada no município de Jacinto Machado/SC. O tema é considerado relevante, pois a inadimplência tem causado grandes prejuízos que acabam se transformando em um sério problema social. A pesquisa trata-se de uma abordagem quantitativa, que procura a obtenção de dados através das pesquisas documentais, com informações diretas da empresa. A população utilizada foi a Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado, a amostra foi o setor de faturamento da cooperativa, nesta pesquisa, foram utilizados relatórios extraídos do sistema informatizado, com os dados de faturamento e recebimento dos débitos, uma breve análise no balanço patrimonial, demonstrações financeiras e fluxo de caixa para identificar qual o impacto total da inadimplência. A aplicação de métodos de cobrança opera como uma ferramenta muito importante no processo de retomada do capital perdido, bem como, respeitar as normativas estabelecidas pelo órgão regulatório (ANEEL). Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é verificar o tratamento dado à inadimplência.

Palavras- chaves: Cobrança. Faturamento. Inadimplência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Classificação Específica Cooperativa.....	15
Quadro 2: Demonstração do resultado do exercício (DRE).....	19
Quadro 3: Balanço Patrimonial.....	21
Quadro 4: Fluxo de Caixa, Método Direto e Indireto.....	22
Quadro 5: Previsão de Insolvência Elizabetsky.....	24
Quadro 6: Termômetro de Kanitz.....	25
Quadro 7: Capital Circulante Líquido.....	26
Quadro 8: Exemplos de contas.....	27
Quadro 9: Saldo de Tesouraria.....	29
Quadro 10: Prazo Médio de Contas a Receber.....	29
Quadro 11: Prazo Médio de Contas a Pagar.....	30
Quadro 12: Ciclo Financeiro.....	31
Figura 1: Área de atuação da CEJAMA.....	36
Figura 2: Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado -CEJAMA.....	36
Figura 3: Distribuição por classe consumidora.....	37
Figura 4: Atuação dos colaboradores.....	38
Quadro 13: Quadro de atuação dos colaboradores.....	40
Figura 5: Quadro da estrutura organizacional.....	40
Figura 6: Etapas do estudo.....	41
Quadro 14: Demonstração do Resultado do Exercício.....	46
Quadro 15: Balanço Patrimonial.....	47
Quadro 16: Demonstrativo do Fluxo de Caixa.....	49
Quadro 17: Modelo de previsão de insolvência Elizabetsky.....	50
Quadro 18: Modelo de Previsão de Insolvência Kanitz.....	51
Quadro 19: Demonstrações Financeiras.....	51
Quadro 20: Ciclo Financeiro.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Faturamento x Inadimplência anual 2014, 2015 e 2016.....	43
Gráfico 2: Faturamento x Inadimplência 2014.....	44
Gráfico 3: Faturamento x Inadimplência 2015.....	44
Gráfico 4: Faturamento x Inadimplência 2016.....	45
Gráfico 5: Demonstrações Financeiras.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CEJAMA	Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado
OCESC	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
MME	Ministério de Minas e Energia
CCL	Capital Circulante Líquido
AC	Ativo Circulante
PC	Passivo Circulante
NCG	Necessidade De Capital De Giro
ST	Saldo de Tesouraria
CDG	Capital de Giro
kVA	Quilovolt-ampere
MWh	Megawatt-hora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVO ESPECÍFICO	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 COOPERATIVISMO	14
2.2 COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO	15
2.3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	17
2.4 INADIMPLÊNCIA	17
2.5 DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
2.5.1 Demonstrações de Resultado	19
2.5.2 Balanço Patrimonial	20
2.5.3 Fluxo de Caixa	21
2.6 MODELOS DE PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA	23
2.6.1 Previsão de Insolvência Elizabetsky	24
2.6.2 Termômetro de Kanitz	25
2.7 ANÁLISES DE CAPITAL DE GIRO	25
2.7.1 Capital Circulante Líquido	26
2.7.2 Necessidade de Capital de Giro	27
2.7.3 Saldo de Tesouraria	28
2.8.1 Prazo Médio de Contas a Receber	29
2.8.2 Prazo Médio de Contas a Pagar	30
2.8.3 Ciclo Financeiro	31
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	32
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	32
4 DADOS DA EMPRESA	34
4.1 A CEJAMA	34
4.1.2 Produtos e Serviços	36
4.1.3 Associados	38

4.1.4 Forma de Tributação	38
4.1.5 Organograma	38
4.2 ETAPAS DO ESTUDO	40
5 ESTUDO DE CASO	41
5.1 INADIMPLÊNCIA NA CEJAMA	41
5.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	44
5.1.3 Balanço Patrimonial	46
5.1.4 Demonstrativo do Fluxo de Caixa.....	47
5.1.5 Modelo de Previsão de Insolvência Elizabetsky.....	49
5.1.6 Modelo de Previsão de Insolvência Kanitz	49
5.1.7 Análise de Capital de Giro	50
5.1.8 Ciclo Financeiro	51
5.1.8 Parecer da Análise	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo busca proporcionar uma visão geral do tema e problema da pesquisa, voltado ao tratamento financeiro de uma Cooperativa de Eletrificação situada no município de Jacinto Machado/SC.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

A presente pesquisa tem o enfoque no segmento de distribuição de energia elétrica, apresentando a dificuldade da cobrança de débitos no varejo. Algumas adversidades como a inadimplência dificultam o desenvolvimento e continuidade da permissionária, gerando assim a prática de suspensão do fornecimento de energia.

Se tratando de inadimplência, pode-se dizer que qualquer instituição está sujeita ao não recebimento de compromissos financeiros firmados por seus clientes, influenciando seus resultados financeiros. As empresas que não possuem uma disponibilidade extra em caixa são as que decaem diante do planejamento adotado, obrigando-as a recorrer a bancos, *factorings* entre outras instituições financeiras de recursos para honrar seus próprios compromissos.

Nas cooperativas de eletrificação não é diferente, muitas tem dificuldades nas cobranças de faturas, exigindo um cuidado diferenciado pelos gestores, garantindo que os resultados financeiros não fiquem negativos para a permissionária.

Neste sentido, análise de crédito é um fator importante para a organização, exigindo um setor estruturado com profissionais capacitados para tomada de decisões. Assim, busca adotar estratégias diferenciadas para o combate da inadimplência, aperfeiçoando a implantação de sistemas para o gerenciamento e modalidades diferenciadas na negociação de débitos decorrentes de faturas.

Neste contexto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: qual o impacto gerado pela inadimplência nos resultados financeiros de uma Cooperativa de Eletrificação do sul catarinense?

1.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVO ESPECÍFICO

O objetivo geral deste estudo consiste em verificar qual o impacto gerado pela inadimplência nos resultados financeiros de uma Cooperativa de Eletrificação do sul catarinense.

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar os índices de inadimplência na Cooperativa e as ações praticadas para minimizá-la;
- Analisar as prestações de contas financeiras da Cooperativa no último período de três anos: 2014, 2015 e 2016.
- Utilizar os modelos Previsão De Insolvência Elizabetsky e o Termômetro de Kanitz para identificar a solvência ou insolvência da empresa.

1.3 JUSTIFICATIVA

A inadimplência é uma das maiores responsáveis pela falta de saúde financeira nas empresas, na qual o montante faturado e não recebido acaba prejudicando o planejamento financeiro. A inadimplência ocorre no momento em que os tomadores de serviço não efetuam o pagamento, tal qual expressa esse montante como porcentagem do faturamento total anual acumulado.

Neste trabalho será apresentada uma experiência em uma cooperativa de energia elétrica da região Sul de Santa Catarina, visando minimizar o risco de inadimplência para fornecer estabilidade financeira à permissionária. Assim, a presente pesquisa tem como análise, informações extraídas da cooperativa CEJAMA, normas e leis da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e o código de defesa do consumidor.

O presente trabalho torna-se oportuno por ajudar a inovar e programar novos procedimentos para combater a inadimplência, bem como as exigências necessárias para que ocorra a suspensão do fornecimento e a minimização das consequências que este problema causa na parte financeira da cooperativa.

A presente pesquisa apresenta amplo conhecimento de cunho acadêmico, tendo uma importância significativa para a vida profissional, aprimorando o conhecimento e agregando informações que poderão ser aplicadas na rotina de qualquer empresa e no ramo de eletrificação.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado em seis capítulos. Sendo o primeiro capítulo referente a tema, problema, objetivos e justificativas.

O segundo capítulo abordará a fundamentação teórica, cooperativismo e cooperativa de eletrificação, demonstrações financeiras e modelos de previsão de insolvência.

O terceiro capítulo abrangerá o enquadramento metodológico da pesquisa e coletas de dados. Abordando no quarto parágrafo os dados da cooperativa, com enfoque na história de CEJAMA, seus produtos e serviços e forma de tributação.

No quinto capítulo aborda sobre o estudo de caso, sexto e último parágrafo abordam as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo inicia com a análise sobre o cooperativismo, focando a cooperativa de eletrificação. Logo após, discorre sobre as demonstrações financeiras com base na inadimplência e demonstrações do resultado. Em seguida, aborda as características dos modelos de previsão e insolvência abrangendo a previsão de insolvência Elizabetsky e termômetro de Kanitz.

São contextualizados a análise de capital de giro e seus conceitos, capital circulante líquido, necessidade de capital de giro e saldo de tesouraria. Por fim, conceitua a análise de fundos médios, prazo médio de contas a receber, prazo médio de contas a pagar, prazo médio de estocagem, ciclo operacional, ciclo financeiro e o planejamento financeiro.

2.1 COOPERATIVISMO

O cooperativismo é a doutrina ou associação de pessoas com interesses comuns, a fim de criar vantagens em suas atividades econômicas.

“Cooperativismo é um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade” (OCESC/ SESCOOP, 2012, p. 6).

O Cooperativismo é o sistema fundamentado na reunião de pessoas visando às necessidades do grupo, promovendo prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica levando equilíbrio e justiça entre os participantes. (OCB, 2017).

A OCB (2017) afirma ainda que conforme a dimensão e objetivos uma sociedade cooperativa se enquadra em classificação específica. Ao todo são três ramos:

Quadro 1: Classificação Específica Cooperativa

Classificação Específica Cooperativa	
1º grau ou Singular	Tem objetivo de prestar serviços diretos ao associado. É constituída por um mínimo de 20 pessoas físicas. Não é permitida a admissão de pessoas jurídicas com as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas que a integram;
2º grau ou Central e federação	Seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares. Excepcionalmente, pode admitir pessoas físicas;
3º grau ou Confederação	Organiza em comum e em maior escala, os serviços das filiadas. Três cooperativas centrais e ou federações de qualquer ramo são a quantidade mínima para constituir uma federação.

Fonte: OCB (2017).

Há cooperativas instaladas em todo o mundo as quais são representadas por entidades, tanto em nível mundial, nacional e regional. Em nível mundial pode-se citar a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), criada em 1985, no Brasil, têm-se a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fundada em 1969 e em Santa Catarina o sistema cooperativista é representado pela (OCESC) Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (DAROS, 2009).

As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se lhes o direito exclusivo e exigindo-se lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação (BRASIL, 1971).

2.2 COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO

As cooperativas são classificadas em diversos ramos, destacando de acordo com as atividades que desenvolvem em relação aos seus associados, ou seja, depende do serviço ou do produto que é oferecido ao mercado (RECH, 2000).

As cooperativas de eletrificação, como toda empresa que presta serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), criada pela Lei nº 9.427/1996 (BRASIL, 1996).

A ANEEL iniciou suas atividades em dezembro de 1997, tendo como

principais atribuições:

- Regular a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;
- Fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica;
- Implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos;
- Estabelecer tarifas;
- Dirimir as divergências, na esfera administrativa, entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores, e
- Promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal.

Sendo sua obrigação estabelecer condições para que os serviços de energia elétrica sejam prestados aos consumidores com qualidade, segurança e tarifas justas. Quando a empresa de energia investe na qualidade de seu serviço e obtém a anuência da ANEEL, o custo deste investimento pode ser repassado à tarifa, sendo o repasse considerado justo tanto para o consumidor como para a empresa de energia (ANEEL, 2016).

Desta forma, com o crescimento das cooperativas de eletrificação no Brasil, o Governo Federal constituiu a Lei nº. 9.074/1995 a qual estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências (BRASIL, 1995).

Segundo a referida lei,

na prorrogação das atuais concessões para distribuição de energia elétrica, o poder concedente diligenciará no sentido de compatibilizar as áreas concedidas às empresas distribuidoras com as áreas de atuação de cooperativas de eletrificação rural, examinando suas situações de fato como prestadoras de serviço público, visando enquadrar as cooperativas como permissionárias de serviço público de energia elétrica. [...] § 3o As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural pelo prazo de até 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente (BRASIL, 1995).

Conforme Queiroz (2010, pg. 16), “a distribuição da energia elétrica é objeto de concessão do serviço público, sendo um dos preceitos deste, o serviço adequado”. Desta forma, para a distribuição de energia é visível à necessidade de investimentos em tecnologia e inovação, sendo realizada a descentralização das

privatizações no setor elétrico, onde fora dado o nome de permissionárias.

2.3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A administração financeira é uma ferramenta utilizada para coordenar à forma mais eficaz, no que diz respeito à concessão de crédito para clientes, planejamento, análise de investimentos e, de meios viáveis para a obtenção de recursos para financiar operações e atividades da empresa.

O objetivo normativo da administração financeira é maximizar a riqueza da empresa atendendo ao desejo específico do acionista, a remuneração de seu capital, sob a forma de distribuição de dividendos (LEMES JÚNIOR, RIGO E CHEROBIM, 2010).

Wilker (2014, p. 1) considera a administração financeira como uma ciência que tem por objetivo básico,

determinar o mais eficiente processo empresarial de captação de recursos e alocação de capital. Nesse contexto, é necessário levar em conta problemática da escassez de recursos e a realidade operacional e prática das organizações. Entretanto, não basta apenas captar e alocar capital, é necessário administrar os recursos para gerar resultados financeiros e econômicos, o que garante a continuidade da empresa e cria valor aos seus acionistas (proprietários).

De acordo com Zdanowick (1998, p. 23) “o princípio da administração financeira é, fundamentalmente, dispor o numerário necessário para saldar em tempo hábil os compromissos assumidos com terceiros e maximizar os lucros”.

É necessário equilíbrio entre os objetivos de lucro e os de liquidez financeira, para manter a empresa em condições básicas para o desenvolvimento de suas atividades, devendo-se entender que o fator finanças corresponde ao conjunto de recursos disponíveis circulantes em espécie que serão usados em transações e negócios.

2.4 INADIMPLÊNCIA

As perdas de faturamento ocasionadas pelo elevado índice de inadimplência vêm sendo uma das principais dificuldades atualmente encaradas

pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. A inadimplência nas instituições ocorre no momento em que o tomador do crédito não honra com suas obrigações de pagamento no prazo estabelecido.

Sandroni (2000, p. 148) define inadimplência como:

[...] a falta de cumprimento das cláusulas contratuais em determinado prazo. Além de permanecer em débito, a parte inadimplente fica sujeita ao pagamento de juros de mora, multa contratual ou outros encargos. A ocorrência de inadimplência é geralmente vinculada às variações de fatores econômicos, de forma que a inadimplência considerada consequência direta do aumento ou redução de algumas variáveis econômicas.

As causas que contribuem para a inadimplência são as compras além da capacidade de pagamentos mensais e financeira, concessão de crédito sem critérios, Inexistência de critérios no momento de vender a prazo, falta de estabilidade econômica, Inflação elevadas, aumentando os custos dos produtos e, má administração financeira (PINTO, 2006).

A inadimplência possui causas ligadas ao fator vinculado ao desempenho de economia. Neste sentido, o alto índice de desemprego contribui para o aumento de consumidores inadimplentes no mercado (ÂNGELO E SILVEIRA, 2000).

Para Barth (2004), a teoria que explica a inadimplência certamente necessita levar em consideração os conceitos econômicos, psicológicos e sociológicos. Também é necessário que se constitua um modelo de previsão de inadimplência, com o objetivo de analisar pessoas físicas ou jurídicas, por meio de fichas cadastrais, históricos creditícios ou demonstrativos financeiros.

A inadimplência significa que parte das faturas aos consumidores não foram recebidas. Os efeitos da inadimplência compreendem também os recursos utilizados para as operadoras de cobrança. Com esse custo adicional, concessionárias de distribuição de energia elétrica necessita de um volume maior de receitas para cobrir os custos de gestão das perdas devido à inadimplência.

2.5 DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são fundamentais para que uma organização financeira, sócios da empresa ou um novo investidor possa ter uma ampla visão para as tomadas de decisão.

Segundo Padoveze, Benedicto:

sua função básica é evidenciar o conjunto patrimonial de uma entidade, classificando-o em bens e direitos, evidenciados no ativo, e em obrigações e valor patrimonial dos donos e acionistas, evidenciados no passivo (2011, p. 27).

Através dela é possível, avaliar financiamentos bancários mostrando a empresa se pode ou não arcar com a dívida proposta ou analisar se os seus investimentos estão surtindo efeito, e até mesmo avaliar o montante de seus gastos e custos estão condizentes com o retorno da empresa.

2.5.1 Demonstrações de Resultado

As demonstrações do resultado é uma das mais importantes ferramentas para uma empresa, tendo um papel importante nas tomadas de decisões concentrando em si informações de grande relevância para a realização de um bom planejamento estratégico.

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é a apresentação em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que denomina de receitas e despesas realizadas (MARTINS, 2013).

Quadro 2: Demonstração do resultado do exercício (DRE)

DRE (Simples)		DRE (Completa)	
Receita	V	V	Receita
(-) Despesa	E	E	(-) Deduções
Lucro ou Prejuízo	R	R	(-) Custo do Período
	T	T	(-) Despesas
	I	I	(-) -----
	C	C	-----
	A	A	-----
	L	L	Lucro ou Prejuízo

Fonte: IUDÍCIBUS (2009).

O artigo 187 da Lei nº 6.404/1976 trata da discriminação dos elementos que devem ser computados na demonstração do resultado do exercício, a saber:

- I- a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II- a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III- as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV- o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V- o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI- as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- VII- o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Lei nº 6.404/1976).

Na determinação da apuração do resultado do exercício serão computados em obediência ao princípio da competência:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda; e
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos (Lei nº 6.404/1976).

Segundo Padoveze, Benedicto (2011, p. 27) “a demonstração do resultado é o modelo de mensuração e informação do lucro”.

A formação desse resultado se dá através da definição a partir dos valores referentes à receita bruta de vendas e serviços prestados pela empresa, conforme o princípio contábil do Regime de Competência de contas.

2.5.2 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a principal demonstração financeira existente, evidenciando qualitativa e quantitativamente a posição patrimonial e financeira da empresa, equilibrando os bens e direitos com as obrigações e participações dos acionistas, refletindo sua posição financeira em uma determinada data.

Segundo (PADOVEZE, BENEDICTO, 2011) a função do balanço patrimonial é evidenciar o conjunto patrimonial de uma entidade, classificando-o em

bens e direitos, evidenciados no ativo, obrigações e valor patrimonial dos donos e acionistas, evidenciados no passivo e investimentos e lucro acumulado no período em patrimônio líquido.

A seguir na figura 3, podemos observar um modelo resumido do Balanço Patrimonial.

Quadro 3: Balanço Patrimonial

Denominação da Empresa: _____		
BALANÇO PATRIMONIAL		
DESCRIÇÃO	Ano Atual	Ano Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável em Longo Prazo		
Investimentos		
Intangível		
Total do Ativo		
DESCRIÇÃO	Ano Atual	Ano Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
PATRIMONIO LÍQUIDO		
Capital Social		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Reserva de Capital		
(-) Prejuízos Acumulados		
Total do Passivo		

Fonte: IUDÍCIBUS (2009).

Conforme Silva (1998, pg. 183) “o ativo mostra onde a empresa aplicou os recursos, ou seja, os bens e direitos que possui. O passivo mostra de onde vieram os recursos, isto é, os recursos provenientes de terceiros e os próprios”.

Conforme o artigo 178 da Lei 6 404/76, "no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia".

Desta forma, é possível ter a visão consolidada da evolução da empresa em um determinado intervalo de tempo, demonstrando todos os ativos (bens e direitos) e passiva (dividas e deveres) da empresa, bem como se o patrimônio acumulado está em ascensão ou declínio.

2.5.3 Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa é um instrumento de controle adotado em empresas para acompanhar a sua movimentação financeira em um determinado período, no qual entradas e saídas de capital são registradas para verificação e análise dos dados.

Segundo Silva (2006, p. 11) o fluxo de caixa “É o principal instrumento da gestão financeira que planeja, controla e analisa as receitas, as despesas e os investimentos, considerando determinado período projetado”.

Conforme (MARTINS, Eliseu. Et al. 2013) afirma que para divulgar o fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais, pode ser utilizado o método direto ou indireto. Ao utilizar o método direto, devem detalhar os fluxos das operações e método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método da conciliação.

Quadro 4: Fluxo de Caixa, Método Direto e Indireto.

MÉTODO DIRETO	MÉTODO INDIRETO
Recebimentos de clientes, incluindo os recebimentos de arrendatários, concessionários e similares;	Remover do lucro líquido os diferimentos de transações que foram caixa no passado, como gastos antecipados, crédito tributário etc. e todas as alocações no resultado de eventos que podem ser caixa no futuro, como as alterações nos saldos das contas a receber e a pagar do período; e
Impostos pagos;	
Juros pagos;	Remover do lucro líquido as alocações ao período do consumo de ativos não circulantes e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividades de investimento ou financiamento e ganhos e perdas na baixa de empréstimos.
Recebimento de juros e dividendos;	
Pagamentos a empregados e a fornecedores de produtos e serviços, aí incluídos segurança, propaganda, publicidade e similares;	
Outros recebimentos das operações se houver;	
Outros pagamentos das operações se houver.	

Fonte: MARTINS (2013).

O fluxo de caixa construindo-se numa indispensável sinalização dos rumos financeiros dos negócios. Para se manter em operação, as empresas devem liquidar corretamente seus vários compromissos, devendo como condição básica apresentar o respectivo saldo em seu caixa nos momentos dos vencimentos. A insuficiência de caixa pode determinar cortes nos créditos, suspensão de entregas de materiais e mercadorias, e ser causa de uma séria descontinuidade em suas operações (NETO E SILVA, 2002).

Pode-se afirmar que é um fundamental fator da empresa, onde permite o controle de entradas e saídas de recursos monetários, permitindo realizar as tomadas de decisões.

2.6 MODELOS DE PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA

A análise discriminante de previsão de insolvência é uma das técnicas utilizadas para mensurar o risco de crédito. Esta ferramenta utiliza como base as demonstrações contábeis, entre outras variáveis.

Segundo, (RAGSDALE, 1995, apud MARIO, 2002), afirma que esse tipo de análise é uma técnica estatística que usa informações disponíveis de um conjunto de variáveis independentes para predizer o valor de uma variável dependente discreta e categórica.

Assaf Neto (2006, p. 284) esclarece que a análise discriminante,

identifica características básicas de um universo em processo de análise, classificando-o, em consequência, em categorias de desempenho similares. Por exemplo, para a análise de balanços há normalmente grande interesse em classificar as empresas como solventes e insolventes. Assim, por meio de vários indicadores econômico-financeiros das empresas, a aplicação da análise discriminante permite que se conheçam as características típicas de cada grupo empresarial, obtendo-se, com isso, fatores de previsão de solvência e insolvência.

Dessa forma, os modelos quantitativos para previsão de insolvência utilizam indicadores contábeis para classificar as empresas como solventes ou insolventes, por meio de pontuação obtida na função discriminante.

A análise discriminante encontra uma função matemática, baseada em vários índices, capaz de informar se uma empresa se enquadra como solvente ou insolvente. O resultado dessa equação é comparado a um número fixo, chamado ponto crítico, predeterminado pelo modelo. Se o valor encontrado for maior que o ponto crítico a entidade será considerada solvente; se ficar abaixo será considerado insolvente (MATARAZZO, 2003).

Tem-se como principais modelos de previsão de insolvência que utilizam preponderantemente indicadores contábeis o Elizabetsky e Kanitz. Esses modelos são apresentados a seguir.

2.6.1 Previsão de Insolvência Elizabetsky

Em 1976, Roberto Elizabetsky, preocupado com a subjetividade na aprovação de crédito por parte das instituições de crédito, desenvolveu um modelo de indicador de falência com base na análise estatística discriminante. (SILVA, 1998).

No processo de tomada de decisão não se deve excluir o julgamento humano, porém o “sistema de avaliação de crédito pode ser grandemente beneficiado pelo uso de modelos matemáticos que possibilitem uma melhor quantificação dos dados existentes”. (ELIZABETSKY, 1976, p. 15).

De acordo com Elizabetsky (1976, p. 39), existem quatro passos para o desenvolvimento do esquema geral de modelos analíticos de crédito:

- 1) Identificar as características que melhor discriminam entre os bons e maus riscos;
- 2) Atribuir um peso adequado a cada uma das características definidas no passo 1;
- 3) Calcular, para cada cliente, a soma dos produtos peso x característica, obtendo um total que chamaremos “Z calculado”. Este total é uma medida da qualidade potencial do cliente;
- 4) Comparar o Z calculado com dois pontos críticos, classificando a operação quanto a sua qualidade.

No quadro a seguir o modelo de Elisabetsky tem como foco os indicadores de estrutura. Com isso, por exemplo, evidencia-se a relação do estoque com o ativo total. (SILVA, 1998);

Quadro 5: Previsão De Insolvência Elizabetsky

Onde: $Z = 1,93X1 - 0,20X2 + 1,02X3 + 1,33X4 - 1,12X5$
Z = total ou escore de pontos obtidos
X1 = Lucro Líquido / Vendas
X2 = Disponível / Ativo Permanente
X3 = Contas a Receber / Ativo Total
X4 = Estoque / Ativo Total
X5 = Passivo Circulante / Ativo Total

Fonte: SILVA (1998).

O ponto de separação desta equação é 0,5. Quando o resultado for acima desse ponto, significa que a empresa é capaz de honrar seus compromissos,

portanto, ela é solvente. Valores abaixo do ponto crítico indicam que a empresa é insolvente. O critério utilizado para caracterizar uma empresa insolvente foi o atraso nos pagamentos, ou seja, a impontualidade.

2.6.2 Termômetro de Kanitz

Em 1978 Sthephen C. Kanitz “foi o pioneiro no uso de análise discriminante no Brasil e construiu o chamado termômetro de insolvência”. (SILVA, 1998, p. 285).

Kanitz (1978) propôs o fator de insolvência para classificar as empresas entre solventes e insolventes, onde uma empresa dá sinais de insolvência muito antes de chegar ao ponto de falência, baseando-se em uma combinação de índices ponderados estaticamente, considerando o resultado da variável utilizada na equação obtida para aplicação de indicadores que evidenciam a situação financeira.

O modelo discriminante de previsão de insolvência desenvolvido por Kanitz. (SILVA, 1998).

A seguir o quadro 6, demonstra o calculo de Kanitz.

Quadro 6: Termômetro De Kanitz

Onde: $F. Insolvência = 0,05X1 + 1,65X2 + 3,35X3 - 1,06X4 - 0,33X5$
X1 = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido X2 = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo X3 = Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante X4 = Ativo Circulante / Passivo Circulante X5 = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo / Patrimônio Líquido

Fonte: SILVA (1998).

Matarazzo (2003) explica que a empresa estará insolvente se o resultado da equação apresentada for inferior a -3 e -7, indefinida, penumbra, entre 0 e - 3, e acima de 0 e 7 estarão na faixa da solvência. Utilizando os principais indicadores de liquidez, observam-se os índices de liquidez seca, corrente e geral.

2.7 ANÁLISES DE CAPITAL DE GIRO

Sabe-se que a saúde financeira da empresa é fator fundamental para a sustentabilidade e crescimento. Entende-se por capital de giro a quantidade de dinheiro e bens efetivamente em uso que a empresa precisa para operar regularmente.

Segundo Vieira (2005 p. 32) “capital de giro pode ser caracterizada como o campo de estudo que trata da gestão dos ativos e passivos que compõem os grupos circulantes do balanço patrimonial – ativo circulante e passivo circulante”.

O capital de giro é extremamente dinâmico, exigindo modelos eficientes e rápidos de avaliação da situação financeira da empresa, onde mal dimensionada é certamente uma fonte de comprometimento de solvência da empresa, com reflexos sobre sua posição econômica de rentabilidade (PADOVEZE E BENEDICTO, 2011).

Capital de giro, portanto, é o ativo circulante que sustenta as operações do dia-a-dia da empresa e representa à parcela do investimento que circula de uma forma a outra, durante a condução normal dos negócios.

2.7.1 Capital Circulante Líquido

O capital circulante líquido representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, demonstrando os recursos em curto prazo disponíveis para financiamento e pagamentos das atividades da empresa.

O Capital Circulante Líquido é representado pelo ativo circulante, ou seja, pelas disponibilidades, valores a receber e estoque já o passivo circulante é representado pelas obrigações, fornecedores, salários e encargos sociais e empréstimos e financiamentos, podendo ser representado através da seguinte fórmula: (SILVA, 2006).

Quadro 7: Capital Circulante Líquido

CCL = AC-PC
CCL = Capital Circulante Líquido
AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

Fonte: SILVA (2006).

Segundo Vieira (2005, p. 49):

quando os ativos circulantes são maiores do que os passivo circulantes, o CCL é positivo, significando a existência de recursos de longo prazo aplicados nas contas de curto prazo do ativo. Por outro lado, quando o inverso acontece e os ativos circulantes são menores do que os passivos circulantes, o CCL se torna negativo, indicando a existência de aplicações de longo prazo sendo financiadas por recursos de curto prazo.

Podemos dizer que o CCL tem como objetivo demonstrar o saldo financeiro-contábil que a empresa possui em curto prazo, analisados com período anterior para ter uma base do desenvolvimento da empresa e recursos financeiros aplicados.

2.7.2 Necessidade de Capital de Giro

Capital de Giro é o recurso investido nas contas do balanço (Ativo) ligadas diretamente ao processo produtivo da empresa, tais como os Estoques, Duplicatas a receber, (Ativo Circulante Operacional), no qual as empresas utilizaram para suprir suas necessidades financeiras ao longo do tempo.

Conforme Matarazzo (2003) a Necessidade de Capital de Giro é não só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade.

Para melhor entender, a necessidade de capital de giro pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 8: Exemplos de contas

GRUPOS	ATIVO	PASSIVO
Circulante Financeiro	Caixa e Banco	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
Circulante Operacional	Clientes e Estoque	Fornecedores e Salários a pagar
Não Circulante	Realizável a Longo Prazo Investimento Imobilizado Intangível Diferido	Exigível a Longo Prazo Resultado de Exercícios Futuros

Fonte: MATARAZZO (2003).

Segundo Berti (1999), quando essa diferença for positiva a empresa necessitará de recursos para financiar os negócios e quando ela for negativa não

será preciso mais recursos para financiamento, uma vez que a empresa já esta sendo financiada com recursos de terceiros.

Logo, a Necessidade de Capital de Giro é a diferença entre os valores do Ativo Circulante Operacional e Passivo Circulante Operacional.

Segundo Vieira (2005, pg. 78):

a necessidade de capital de giro aparece quando no ciclo financeiro as saídas operacionais ocorrem antes das entradas de caixa, ou seja, quando o ciclo financeiro é positivo. Será, por tanto, o saldo líquido das aplicações operacionais de recursos, principalmente originárias dos investimentos das contas de clientes e estoques (ativo cíclico), e das fontes operacionais de recursos, evidenciadas principalmente pelas contas de fornecedores, salários e encargos sociais a pagar e impostos operacionais (passivo cíclico).

Segundo Braga (1991, p. 1), “a administração do capital de giro constitui um processo de planejamento e controle dos recursos financeiros aplicados no ativo circulante das empresas”. Assim, é necessário que as empresas administrem corretamente os itens que fazem parte do capital de giro, pois a falta de planejamento ou o uso incorreto deste recurso poderá comprometer a capacidade de solvência das empresas ou ainda prejudicar a rentabilidade das mesmas.

2.7.3 Saldo de Tesouraria

O Saldo de Tesouraria (ST) é obtido através da diferença entre ativo circulante financeiro e passivo circulante financeiro ou, pela diferença entre o CDG e NCG que evidencia a margem de segurança financeira.

Para Vieira (2005, p. 86):

a necessidade de capital de giro representa uma demanda operacional de recursos permanente e de longo prazo, que a empresa precisa financiar enquanto estiver em operação. Para financiar essas aplicações, a empresa dispõe dos recursos de longo prazo do capital de giro, resultantes da diferença entre as fontes de longo prazo e as aplicações de longo prazo realizadas pela empresa e registradas no balanço gerencial reclassificado.

Assim a tesouraria pode ser calculada pela equação:

Quadro 9: Saldo de Tesouraria

Saldo de Tesouraria (ST) = AC- PC	
ACF	Ativo Circulante Financeiro
PCF	Passivo Circulante Financeiro
ST	Saldo em Tesouraria

Fonte: IUDÍCIBUS (2009).

Segundo Santi Filho e Olinquevitch (1995, p.25) “seu saldo positivo, indica uma situação financeira folgada se o saldo for negativo, indica a utilização de recursos de terceiros para financiar as atividades operacionais da empresa”.

É importante observar que um saldo de tesouraria positivo elevado não significa necessariamente uma condição desejável para as empresas, pelo contrario pode significar que a empresa não esteja aproveitando as oportunidades de investimentos gerados pela permissionária.

2.8.1 Prazo Médio de Contas a Receber

Compete à administração de contas a receber, um rigoroso controle dos documentos (duplicatas, títulos, notas promissórias, letras de câmbio etc.), pois estes representam a porta de entrada de grande parte das receitas. Esta não deve permitir que os recursos fiquem “parados”, o que representa um custo muito significativo. (REIS E NETO, 2001).

Conforme quadro a seguir, demonstra-se o calculo do Prazo Médio de Contas a Receber:

Quadro 10: Prazo Médio de Contas a Receber

PRAZO MÉDIO RECEBIMENTO
$\text{PMRV} = \frac{\text{Contas a Receber} \times 360}{\text{Vendas Anuais}}$

Fonte: REIS E NETO (2001).

Reis e Neto (2001, p. 272) afirmam ainda que para maximizar sua administração de capital de giro, precisa tomar as seguintes providências:

- ✓ Negociar com o comprador/pagador, prazos de pagamento curtos e zelar pelo recebimento das contas no prazo;
- ✓ Evitar ou reduzir as contestações e glosas de contas faturadas (uma conta contestada pode levar bastante tempo até ser resolvida e paga);
- ✓ Faturar as contas de menor prazo possível depois do fornecimento do bem ou da prestação do serviço e encaminhar quanto antes à instituição pagadora ou ao comprador do serviço;
- ✓ Reduzir as contas a receber com atraso substancial ou que dificilmente serão recebidas (devedores duvidosos).

Independente da forma ou tipo de cobrança, a empresa deve obrigatoriamente manter na sua estrutura um setor específico para acompanhamento dos recebimentos (KUSTER ET AL, 2004).

Considerando-se que para ter uma boa gestão financeira é necessário prever uma margem de lucratividade, equilibrando os gastos e avaliando o saldo atual de contas a pagar e contas a receber.

2.8.2 Prazo Médio de Contas a Pagar

Todo serviços prestado ou venda de mercadorias, é estipulado ou negociado entre empresa e comprador um prazo de recebimento e pagamento.

O prazo médio de pagamento das compras compreende (em média) o período que a empresa tem para pagar a empresa que efetuou a venda, após o recebimento das mercadorias (SILVA, 1998).

Conforme o quadro a seguir, demonstra-se o calculo do Prazo médio de contas a pagar:

Quadro 11: Prazo Médio de Contas a Pagar

PRAZO MÉDIO DE CONTAS A PAGAR
$\text{PMPC} = \frac{\text{Contas a Pagar} \times 360}{\text{Compras}}$

Fonte: SILVA (1998).

Para Gitman (2010, p. 582) “as contas a pagar são a principal fonte de financiamento de curto prazo em garantia”. Ou seja, o índice do prazo médio de pagamento tem como objetivo identificar a média em dias das duplicatas a pagar,

estando diretamente relacionado com a negociação feita entre empresa e fornecedor.

Ainda segundo Gitman (2010, p. 583) “a meta da empresa é estender o prazo de pagamento ao máximo, ou seja, pagar no último dia possível”. Assim, a empresa tem vantagem no seu ciclo operacional financeiro.

2.8.3 Ciclo Financeiro

O ciclo financeiro é o período que a empresa leva para que o dinheiro volte ao caixa, isto é, compreende o prazo médio de rotação do estoque, mais o prazo médio de recebimento das vendas, menos o prazo médio de pagamento das compras (SILVA, 1998).

Para Vieira (p. 54, 2005) “é a dimensão do tempo decorrido entre as saídas de caixa operacionais e o recebimento das vendas de produtos e representa uma avaliação do prazo durante o qual os recursos financeiros ficam comprometidos nos investimentos realizados em ativos circulantes”.

Pode ser determinado pela equação:

Quadro 12: Ciclo Financeiro

CICLO DE CONVERSÃO DE CAIXA
CCC= (Prazo de conversão de estoques + Prazo de recebimentos – Prazo de pagamentos)
Onde: Prazo de conversão de estoques = Estoque/ Vendas por dia. Prazo de recebimentos = Contas a receber de clientes/ Vendas por dia. Prazo de pagamentos = Fornecedores/ Vendas por dia.

Fonte: VIEIRA (2005).

Quanto maior o prazo de pagamento dos fornecedores e menor o período de recebimento de clientes, mais disponibilidade em caixa a empresa terá, não sendo necessária a dependência de financiamentos ou de pagamento de juros bancários.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, bem como os conceitos discutidos na fundamentação teórica, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, que procura a obtenção de dados através das pesquisas documentais, com dados diretos da empresa.

Conforme Beuren (2006, p. 92) “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estáticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.” Além da análise do resultado da pesquisa de forma quantitativa, o estudo procura responder a questão problema com base em propostas de melhoria.

Ao abordar a pesquisa como quantitativa teve-se o proposto de uma análise direta de dados com uma obtenção de respostas que permita analisar a representatividade de cada conta possibilitando uma inferência para avaliar as diferenças, buscando estabelecer relações significativas entre variáveis.

Neste sentido, para a realização desta pesquisa optou-se pela consulta em dados diretos da empresa, livros e sites especializados em cooperativismo, inadimplência e planejamento financeiro.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Será realizada uma análise de dados para verificar o impacto da inadimplência gerado na cooperativa, e uma pesquisa bibliográficos buscando abranger os aspectos gerais e amplos do contexto.

De acordo com Andrade (2009, p. 141), “o objetivo da análise é organizar, classificar os dados para que deles se extraiam as respostas para os problemas propostos, que foram objeto de investigação”.

O estudo possibilita uma visão dos conceitos cooperativos, econômicos, financeiros e sociais. Realizando um levantamento de dados dos índices de

inadimplência, análise da política de cobrança e prestação de contas financeiras em um período de três anos: 2014, 2015 e 2016.

4 DADOS DA EMPRESA

Neste capítulo apresenta-se a empresa objeto de estudo. Em seguida descrevem-se os procedimentos organizacionais, planejamento financeiro, concessão de crédito e a cobrança no tratamento de inadimplência.

4.1 A CEJAMA

A CEJAMA é uma permissionária, que atua e fornece energia elétrica regulamentada para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica em 28 de novembro de 2008, através do Contrato nº 021/2008 ANEEL, em 1929 o Sr. Egídio Tomasi iniciou o fornecimento de energia elétrica, sendo gerada por um dínamo instalado em sua serraria, movido à água. Na década de 60, após emancipação política e administrativa do município de Jacinto Machado, alguns agentes marcaram a expansão urbana e o crescimento do município a nível regional, como a instalação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado Ltda, que foi fundada em 20 de setembro de 1961. Na época, só possuíam energia elétrica aqueles que moravam em distritos ou nas cidades. Alguns agricultores acreditaram no sistema cooperativista e através de suas próprias economias, construíram redes, dando início a Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado.

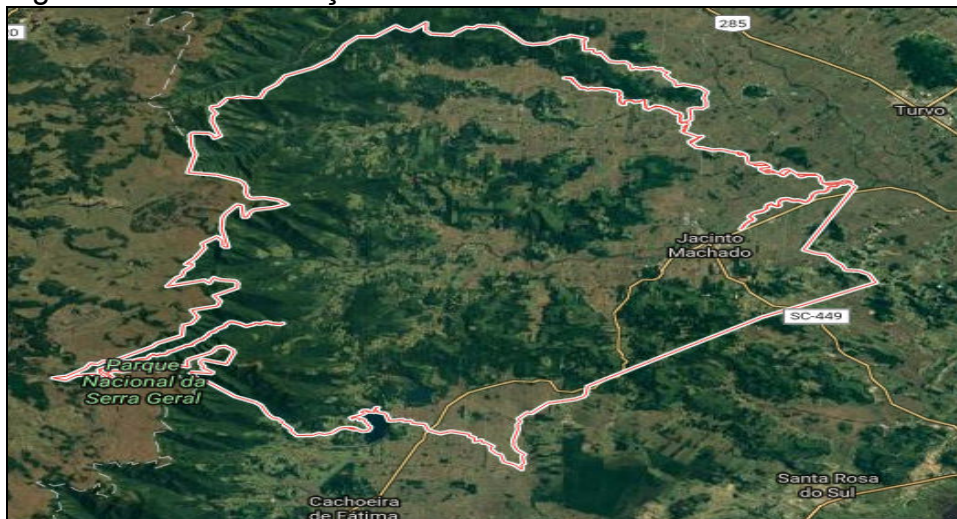
A energia era inicialmente provinda da Usina Termoelétrica de Capivari (atual Capivari de Baixo) e distribuída aos seus 17 sócios sendo eles: Pool Jorge Zacca, Silvio Boff, Ângelo Frassetto, Vítório Zanatta, Lédio Savi Mondo, Vítório Benicá Justi, Egídio Tomasi, Lênio Leônidas Lopes, Albino Zanatta, Artur Tramontin, Stefano Rzatki, Archimimo José Pereira, Francisco Ernesto Sabóia, Laerte Spíndola Lisboa, Quintiliano Emerich, Fermينو Boff e Paulino Boff.

A cooperativa foi se desenvolvendo de acordo com o crescimento do município e, após mais de 5 décadas de atuação, conta com mais de 5 mil sócios.

Localizada na Avenida Padre Herval Fontanella nº 443, Centro de Jacinto Machado/SC. A Cooperativa atende uma área de 428,6 km² contando com perímetros Urbanos e Rurais.

Na Figura 1 apresenta-se um mapa contemplando a área de atuação da Cooperativa:

Figura 1: Área de atuação da CEJAMA



Fonte: CEJAMA (2017).

Na figura 2, apresenta-se a sede da Cooperativa.

Figura 2: Cooperativa de Eletricidade Jacinto machado - CEJAMA



Fonte: CEJAMA (2017).

Conforme previsto na Lei nº. 5764/71, a CEJAMA é administrada por um Conselho de Administração composto de sete (07) membros titulares e quatro (04) suplentes, todos associados e em pleno gozo de seus direitos e obrigações estatutárias previstas no presente estatuto, eleitos pelo voto direto de seus

associados com direito a voto, por um mandato de quatro (04) anos, composto de: 1- Presidente; 2- Vice-presidente; 3- Secretário; 4- Primeiro Conselheiro; 5- Segundo Conselheiro; 6- Terceiro Conselheiro; 7- Quarto Conselheiro; correspondendo a esses últimos quatro (04) suplentes, todos com direito a voto junto ao Conselho de Administração.

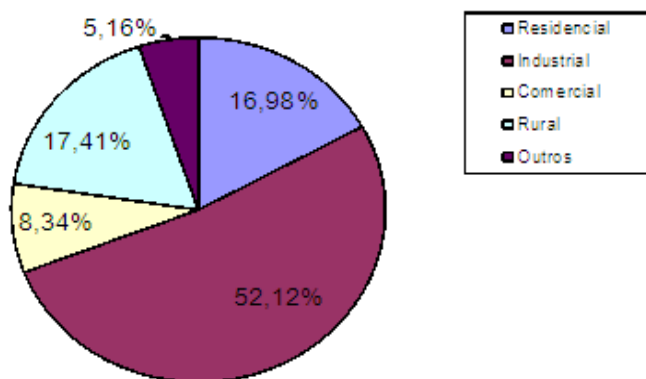
Os atuais membros do conselho de administração foram eleitos, de acordo com o Art. 30 do estatuto social da empresa, objetivando cumprir o mandato 2014/2018. Toda a administração da CEJAMA é fiscalizada, regularmente e cuidadosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

4.1.2 Produtos e Serviços

A Cooperativa atende uma área de 428,6 km² contando com perímetros Urbanos e Rurais. Nesta extensão beneficia aproximadamente de 5.307 (cinco mil trezentos e sete) unidades consumidoras, divididos em 51% de consumidores urbanos e 49% de consumidores rurais pelas redes de distribuição da Cooperativa e, possui aproximadamente 19.402,05 kVA instalados. No ano de 2016 foram distribuídos para os associados e consumidores em torno de 30.188 MWh (Megawatt-hora), conforme apresenta a figura 3.

Figura 3: Distribuição por classe consumidora.

Consumo por classe - em MWh



Fonte: Elaborado pelo autor.

A CEJAMA tem por objetivo a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica aos seus associados, sob-regime jurídico de direito público, a ser estabelecido pelo Poder Público Federal especificamente para as sociedades cooperativas, e em obediência ao seu regime jurídico próprio, na forma da lei.

Para garantir sua estabilidade operacional procurará manter os serviços prestados a terceiros no limite máximo de 20% (vinte) de sua capacidade de prestação de serviços promovendo para tal permanente campanha de filiação de seus consumidores.

Figura 4: Atuação dos colaboradores



Fonte: CEJAMA (2017).

Foram realizadas, no ano de 2016, 141 novas ligações, sendo 80 Residenciais, 22 Comerciais, 03 Industriais, 34 Rurais e 02 Poder Público, totalizando 5.307 consumidores atendidos.

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEJAMA segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados, equipamentos modernizados com normas aprovadas por órgãos ambientais, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente.

4.1.3 Associados

A CEJAMA possui 5.083 associados até o ano de 2017, o número de sócios não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá em hipótese alguma, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas, qualquer pessoa física, domiciliada em sua área de ação, desde que adote ao estatuto e se encontre dentro da possibilidade técnica de atendimento por parte da cooperativa poderão filiar-se.

Verificadas as declarações constantes da proposta, e aceitas esta pelo conselho de administração, o candidato a associado e o Presidente da cooperativa assinarão o livro ou ficha de matrícula, e após a subscrição do capital social, o candidato será considerado como associado da cooperativa, passando a ter responsabilidades e direitos.

A responsabilidade do associado pelos compromissos da CEJAMA assumidos de forma solidária perdura para os demitidos, eliminados, ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

4.1.4 Forma de Tributação

A CEJAMA é uma permissionária com a finalidade de prestar serviços a seus clientes e associados, de tal forma que sua atividade comum econômica não tenha fins lucrativos. As Sociedades Cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas.

Desta forma conforme Art.11 da Legislação, as sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito, a CEJAMA é tributada sob Lucro Real devido ao seu faturamento anual.

4.1.5 Organograma

A cooperativa possui atualmente em seu quadro funcional, 38 colaboradores e uma empresa tercerizada para suporte na tecnologia da informação, sendo distribuídos em três departamentos: Administrativo, Comercial e Técnico.

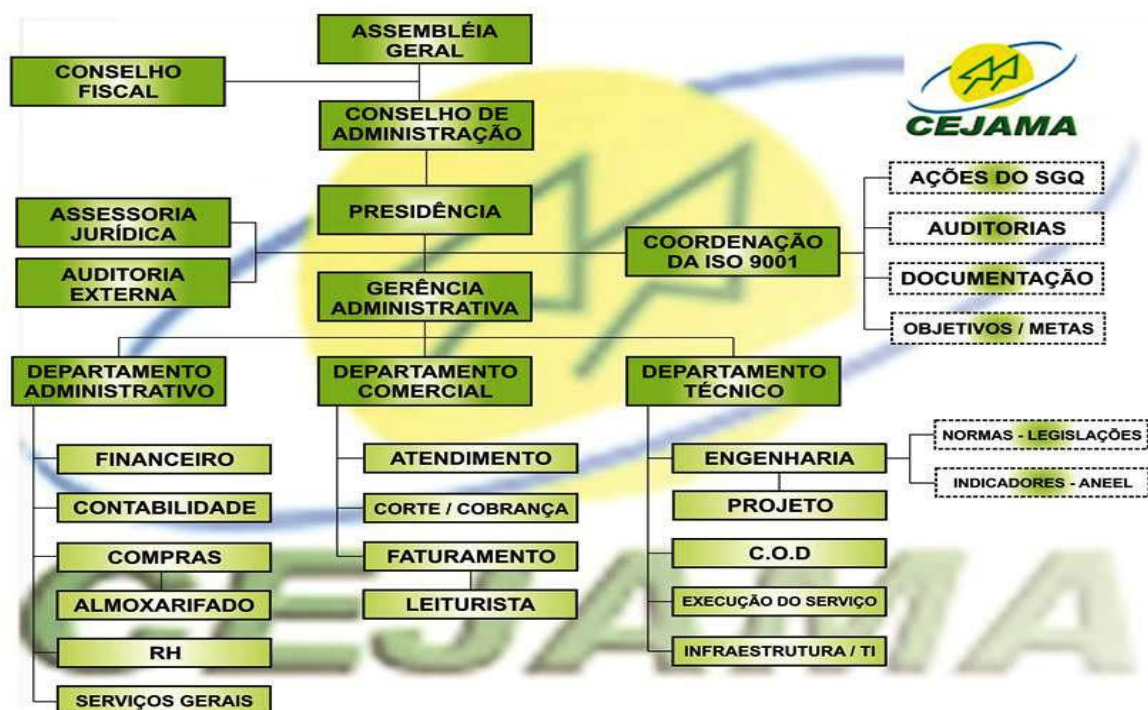
Quadro 13: Quadro de atuação dos colaboradores

DEPARTAMENTO	DESCRIÇÃO
Administrativo	Relaciona-se as atividades financeiras de faturamento, arrecadação, contabilidade, controle de patrimônio, recursos humanos, tecnologia da informação, fiscal, societário e regulatório.
Comercial	Abrange as atividades de registro e manutenção da carteira de clientes de acordo com os parâmetros da legislação vigente, atendimento ao cliente, Call Center e outros serviços inerentes ao relacionamento com clientes.
Técnico	Abrange as atividades de engenharia, Central de Operações de Distribuição (COD) e almoxarifado.

Fonte: CEJAMA (2017).

Na figura 5 será apresentado o organograma da empresa bem como a descrição da estrutura organizacional, e o detalhamento de todos os setores que envolvem as atividades.

Figura 5: Quadro da estrutura organizacional



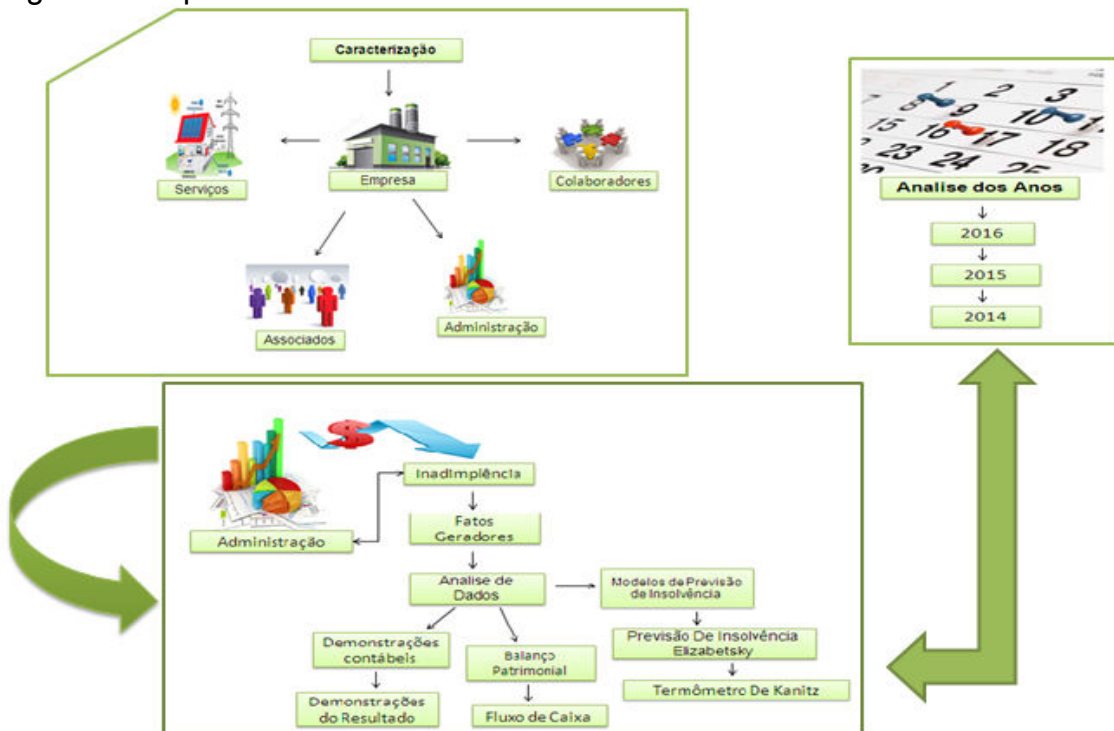
Fonte: CEJAMA (2017).

O principal objetivo do organograma é fazer com que os colaboradores e associados compreendam de forma clara, como as funções se relacionam dentro da cooperativa agilizando na percepção das atividades e ações.

4.2 ETAPAS DO ESTUDO

O presente estudo tem como objetivo identificar as causas da inadimplência gerada na CEJAMA no período de três anos calendário 2014, 2015 e 2016, apresentando soluções e estratégias para melhoria. A figura 6 mostra as etapas da elaboração da proposta da modelagem gerencial.

Figura 6: Etapas do estudo



Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa consiste em demonstrar a inadimplência e os fatos geradores da mesma, realizando a análise de dados com enfoque nas demonstrações contábeis, demonstrações do resultado, balanço patrimonial, fluxo de caixa, modelos de previsão de insolvência, com o estudo de Previsão de Insolvência Elizabetsky e o Termômetro de Kanitz.

5 ESTUDO DE CASO

No capítulo a seguir apresentam-se as demonstrações da inadimplência encontradas na CEJAMA, por meio do estudo trimestral e anual dos anos de 2014, 2015 e 2016. Onde será realizada uma comparação dos dados de faturamento e recebimento dos débitos e uma breve análise do impacto da inadimplência.

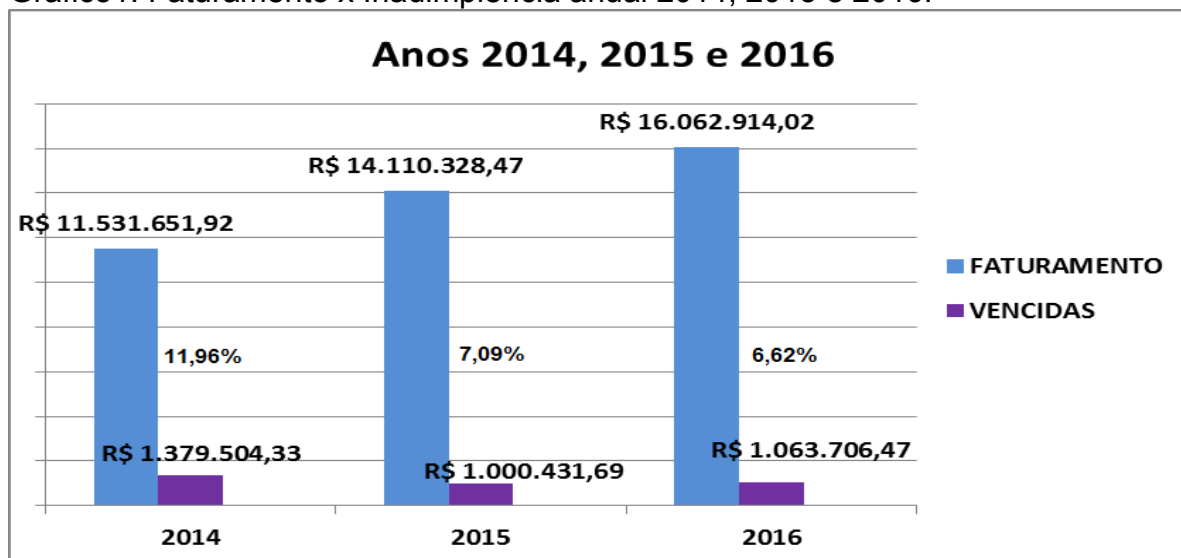
Em seguida serão apresentadas as demonstrações do resultado do exercício juntamente com o balanço patrimonial e o demonstrativo de fluxo de caixa para maior compreensão do impacto gerado nos demonstrativos da CEJAMA. Para complementar o estudo, foram realizadas as análises de solvência e insolvência com os modelos de Elizabetsky e Kanitz verificando se a Cooperativa esta capacitada para cumprir com seus compromissos.

Foi analisada também a necessidade de capital de giro referente ao ciclo operacional da empresa e seu saldo de tesouraria.

5.1 INADIMPLÊNCIA NA CEJAMA

Para realizar o cálculo da inadimplência na CEJAMA, foram utilizados os dados do faturamento versus os títulos em atraso, bem como o índice de inadimplência encontrados nos últimos três anos, referente aos anos de 2014, 2015 e 2016, observa-se diante da figura a seguir a média de inadimplência sobre o faturamento anual.

Gráfico1: Faturamento x Inadimplência anual 2014, 2015 e 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor.

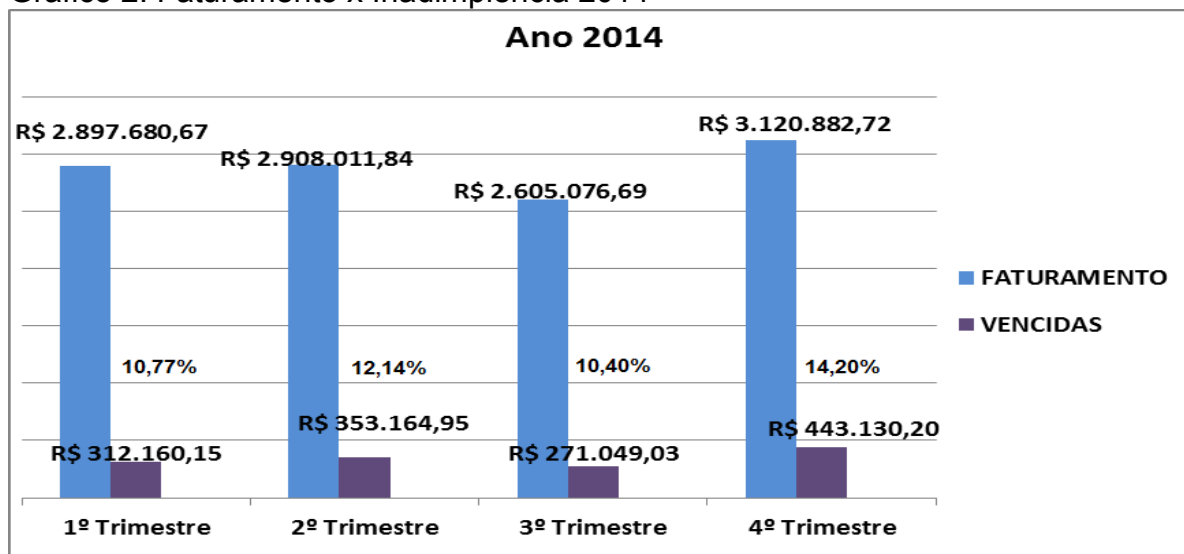
Ao analisar o faturamento anual referente aos respectivos anos estudados tem-se um percentual de inadimplência significativo na comparação dos anos de 2014, 2015 e 2016, onde nota-se que em 2014 o percentual encontra-se em 11,96% comparados a 2015 e 2016 que se encontravam entre 7%, ocasionando uma queda na inadimplência e um aumento no faturamento anual de 72%.

O aumento do faturamento anual refere-se ao crescente número de associados durante o ano, onde a CEJAMA fornece energia para todos que se instalam em sua área de atuação.

Nos gráficos 2,3 e 4 apresenta-se a relação entre o faturamento e a inadimplência anual trimestral de 2014, 2015 e 2016.

No gráfico 2, observamos o faturamento x a inadimplência do ano de 2014:

Gráfico 2: Faturamento x Inadimplência 2014

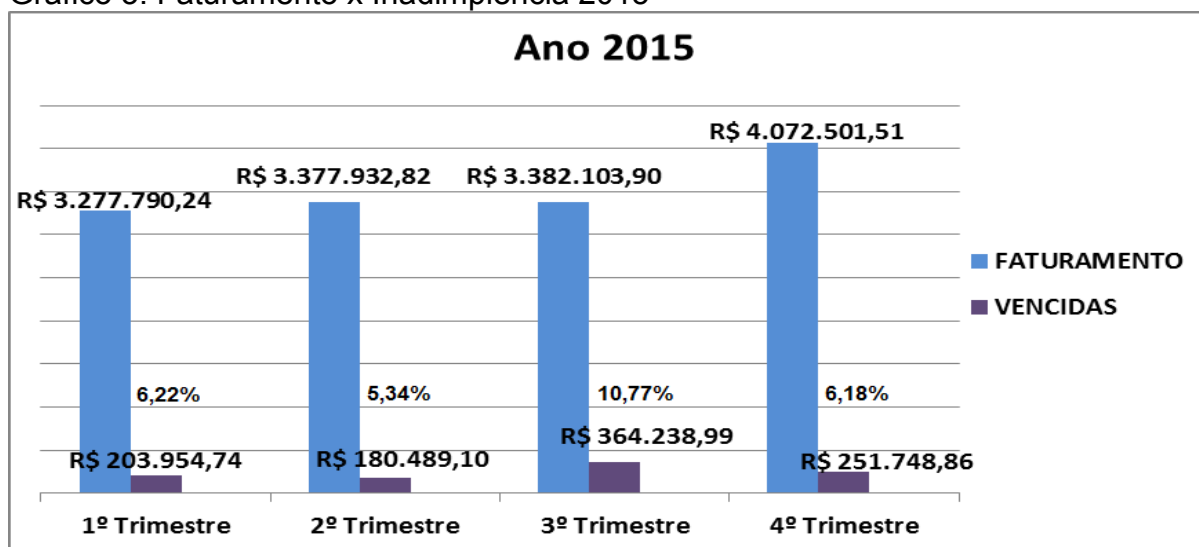


Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio do gráfico 2, observamos um aumento significativo da inadimplência no ano de 2014, com um percentual de 10,77% do primeiro trimestre para 14,20% do quarto trimestre. Por motivos de maior consumo de energia durante o período de safra de arroz na região e necessidade das indústrias.

O gráfico 3, apresenta o faturamento do ano de 2015 da CEJAMA, bem como sua inadimplência.

Gráfico 3: Faturamento x Inadimplência 2015

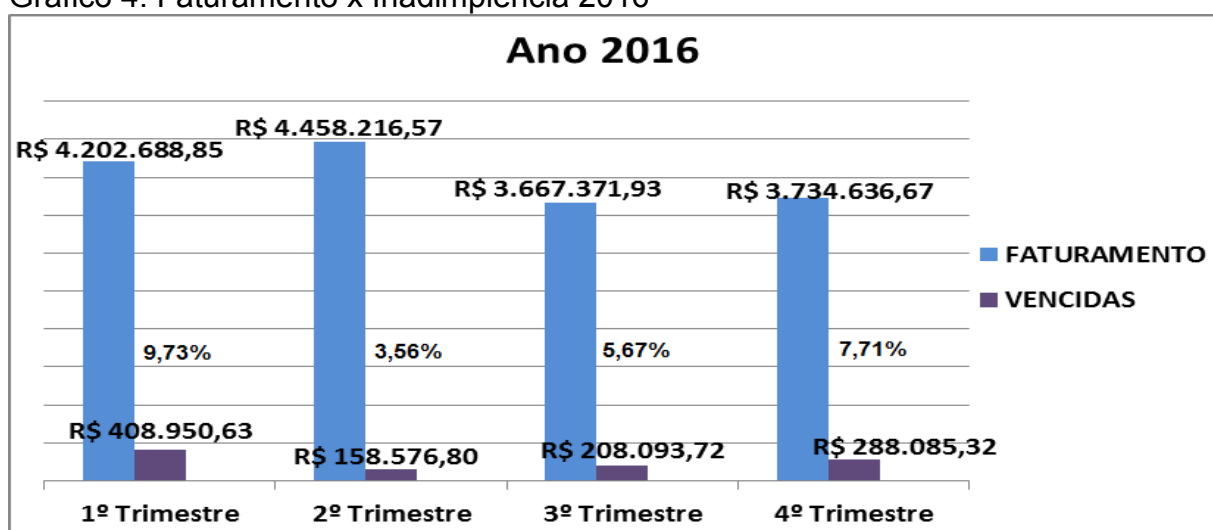


Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o gráfico 3, observamos em 2015 uma oscilação do percentual de inadimplência, onde encontrávamos no segundo trimestre um percentual de 5,34% aumentando gradativamente para 10,77% no terceiro trimestre, ocorrido devido ao acerto de contas dos associados inadimplentes acima de cinco anos.

O gráfico 4, apresenta o faturamento do ano de 2016 da CEJAMA, bem como sua inadimplência.

Gráfico 4: Faturamento x Inadimplência 2016



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio do gráfico 4, observamos uma variação da inadimplência de 9,73% do primeiro trimestre para 3,56% do segundo trimestre, devido ao aumento do consumo de energia residencial referente aos fatores climática.

Nota-se que por meio dos gráficos analisados, a inadimplência da CEJAMA teve uma variação significativa durante os anos estudados. Para minimizar o controle da inadimplência a Cooperativa adotou o meio de cobrança com datas variadas durante o período de faturamento e recebimento das faturas para que favoreça tanto o consumidor quanto a permissionária.

5.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, observadas as disposições da legislação cooperativista. Historicamente as cooperativas observam a Lei nº 6.404/1976 – lei

das sociedades por ação na preparação de suas demonstrações contábeis, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades, contemplando os efeitos referentes à classificação das contas no balanço e ao conjunto de demonstrações contábeis trazidos pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

A seguir uma breve análise das demonstrações do resultado da CEJAMA:

Quadro 14: Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício								
DESCRIÇÃO	31/12/2016	AV	AH	31/12/2015	AV	AH	31/12/2014	AV
01. Receita Operacional Bruta	15.563.846,66	144,86	113,04	13.768.856,31	142,72	120,86	11.392.073,09	128,38
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	14.456.863,73	134,56	111,13	13.009.312,95	134,85	122,88	10.587.248,13	119,31
(+) Outros Ingressos e Rendas	1.106.982,93	10,30	145,74	759.543,36	7,87	94,37	804.824,96	9,07
02. Dedução da Receita Bruta	(4.820.118,87)	(44,86)	116,95	(4.121.501,46)	(42,72)	163,68	(2.518.041,05)	(28,38)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(3.152.719,86)	(29,34)	111,71	(2.822.348,60)	(29,26)	120,59	(2.340.453,05)	(26,37)
(-) Encargos do Consumidor	(1.667.399,01)	(15,52)	128,35	(1.299.152,86)	(13,47)	731,55	(177.588,00)	(2,00)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	10.743.727,79	100,00	111,36	9.647.354,85	100,00	108,71	8.874.032,04	100,00
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(6.645.593,25)	(61,86)	131,29	(5.061.619,93)	(52,47)	97,63	(5.184.607,99)	(58,42)
05. Resultado Bruto da Comercialização de Energia	4.098.134,54	38,14	89,37	4.585.734,92	47,53	124,29	3.689.424,05	41,58
06. Despesas Operacionais	(4.598.159,09)	(42,80)	113,98	(4.034.224,50)	(41,82)	120,94	(3.335.640,91)	(37,59)
(+) Recuperação de Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.343,85	0,07
(-) Pessoal e Administrativo	(2.791.464,37)	(25,98)	111,20	(2.510.334,18)	(26,02)	112,79	(2.225.706,69)	(25,08)
(-) Material	(268.147,40)	(2,50)	178,00	(150.644,85)	(1,56)	53,96	(279.156,52)	(3,15)
(-) Serviços de Terceiros	(479.508,43)	(4,46)	102,69	(466.962,10)	(4,84)	126,99	(367.709,78)	(4,14)
(-) Depreciações	(572.671,80)	(5,33)	223,57	(256.148,29)	(2,66)	71,00	(360.762,37)	(4,07)
(-) Seguros	(1.014,90)	(0,01)	56,78	(1.787,42)	(0,02)	126,81	(1.409,58)	(0,02)
(-) Despesas Tributárias	(19.919,74)	(0,19)	122,44	(16.268,72)	(0,17)	122,21	(13.311,95)	(0,15)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(86.133,26)	(0,80)	82,27	(104.700,93)	(1,09)	136,09	(76.935,26)	(0,87)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(15.457,85)	(0,14)	6,05	(255.334,29)	(2,65)	(532,64)	47.937,47	0,54
(-) Outras Despesas Operacionais	(363.841,34)	(3,39)	133,74	(272.043,72)	(2,82)	418,98	(64.930,08)	(0,73)
07. Resultado Operacional (5+6)	(500.024,55)	(4,65)	(90,66)	551.510,42	5,72	155,89	353.783,14	3,99
09. Resultado Operacional Financeiro	187.357,68	1,74	417,08	44.920,98	0,47	75,82	59.250,16	0,67
(+) Receita de Aplicação Financeira	92.382,01	0,86	10.973,56	841,86	0,01	29,55	2.848,65	0,03
(+) Outras Receitas Financeiras	129.156,83	1,20	127,50	101.297,17	1,05	125,08	80.988,73	0,91
(-) Despesas Financeiras	(34.181,16)	(0,32)	59,74	(57.218,05)	(0,59)	232,71	(24.587,22)	(0,28)
10. Resultado Operacional	(312.666,87)	(2,91)	(52,42)	596.431,40	6,18	144,40	413.033,30	4,65
11. Resultado do Não Operacional		0,00	0,00		0,00	0,00	(105.848,10)	(1,19)
12. Imposto De Renda e Contribuição Social		0,00	0,00			0,00		0,00
Provisão para Imposto de renda		0,00	0,00			0,00		0,00
Provisão para Contribuição Social		0,00	0,00			0,00		0,00
13. Resultado do a Ser Destinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.185,20	3,46
Resultado Com Cooperados		0,00	0,00		0,00	0,00	307.185,20	3,46
14. Destinações Estatutárias	0,00	0,00	0,00	(387.680,41)	(4,02)	194,16	(199.670,38)	(2,25)
(-) Reserva Legal 10%		0,00	0,00	(59.643,14)	(0,62)	194,16	(30.718,52)	(0,35)
(-) Fates 05%		0,00	0,00	(29.821,57)	(0,31)	194,16	(15.359,26)	(0,17)
(-) Manutenção e Ampliação 50%		0,00	0,00	(298.215,70)	(3,09)	194,16	(153.592,60)	(1,73)
15. Sobras (Perdas) Líquidas do Período (10+11+12)	(312.666,87)	(2,91)	0,00	208.750,99	2,16	194,16	107.514,82	1,21

Fonte: Dados da pesquisa (CEJAMA, 2017).

A receita operacional líquida atingiu R\$ 10.743,727 (reais/mil), superior em 11,36 % em relação a 2015, que foi de R\$ 9.647,354 (reais/mil) e 8,71% em relação a 2014 R\$ 8.874,03 de (reais/mil), com uma perda no resultado operacional de R\$ 312.666 (Reais/mil), contra uma Sobra de R\$ 596.431 (Reais/mil) em 2015 e

R\$ 413.03 em 2014, ainda no período de 2016 podemos observar que não houve sobras líquidas no período acarretando uma queda na ordem de 2,91%, devido ao ajuste de contas realizados nos anos de 2015 e 2016.

5.1.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial serve para demonstrar as principais informações financeiras da empresa. No quadro 5, serão apresentados os bens e direitos juntamente com as obrigações da CEJAMA.

Quadro 15: Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL								
DESCRIÇÃO	31/12/2016	AV	AH	31/12/2015	AV	AH	31/12/2014	AV
ATIVO CIRCULANTE	3.352.964,11	25,55	86,89	3.859.022,21	26,01	122,76	3.143.539,55	27,44
Caixa e Equivalentes a Caixa	734.958,03	5,60	71,94	1.021.650,67	7,93	474,63	215.252,38	1,76
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.013.813,87	15,34	91,22	2.207.759,46	17,13	107,51	2.053.451,32	16,81
Serviços em Curso	49.362,35	0,38	185,72	26.578,28	0,21	18,32	145.059,76	1,19
Tributos Compensáveis	82.351,37	0,63	107,75	76.426,10	0,59	552,26	13.838,83	0,11
Almoxarifado	118.787,06	0,91	105,26	112.845,93	0,88	118,13	95.523,66	0,78
Ativos Financeiros Setoriais	62.943,92	0,48	11.832,45	531,96	0,00	0,00	667,11	0,01
Despesas pagas antecipadamente	78.676,35	0,60	100,00	78.676,35	0,61	48,59	161.924,77	1,33
Outros Ativos Circulantes	212.071,16	1,62	63,39	334.553,46	2,60	73,08	457.821,72	3,75
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.771.176,63	74,45	108,18	9.032.404,34	70,07	99,54	9.074.524,88	74,27
Tributos Compensáveis	141.052,06	1,07	174,11	81.013,42	0,63	109,00	74.321,89	0,61
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão e	161.298,36	1,23	102,40	157.523,38	1,22	105,26	149.647,37	1,22
Outros Ativos Não Circulantes	2.477.930,24	18,88	2.427.201,72	102,09	0,00	0,00	6.150.807,25	50,34
Imobilizado	2.985.317,90	22,75	33,97	8.787.872,16	68,17	325,51	2.699.748,37	22,10
Intangível	4.005.578,07	30,52	67.968,45	5.893,29	0,05	5.893,29	0,00	-
Total do Ativo	13.124.140,74	100,00	101,81	12.891.426,55	100,00	105,51	12.218.064,43	100,00
DESCRIÇÃO	31/12/2016	AV	AH	31/12/2015	AV	AH	31/12/2014	AV
PASSIVO CIRCULANTE	2.348.482,92	17,89	128,92	1.821.624,89	14,13	103,08	1.767.193,77	14,46
Fornecedores	330.354,04	2,52	199,20	165.844,28	1,29	36,02	460.375,76	3,77
Obrigações Sociais e Trabalhistas	489.089,54	3,73	210,18	232.703,10	1,81	67,51	344.678,47	2,82
Tributos	308.410,02	2,35	89,66	343.963,22	2,67	115,61	297.532,08	2,44
Encargos Setoriais	929.230,51	7,08	105,12	883.992,65	6,86	254,86	346.851,28	2,84
Passivos Financeiros Setoriais	39.226,47	0,30	453,26	8.654,29	0,07	100,00	8.654,29	0,07
Outros Passivos Circulantes	252.172,34	1,92	135,24	186.467,35	1,45	60,33	309.101,89	2,53
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	136.180,18	1,04	136,63	99.671,43	0,77	140,74	70.820,94	0,58
Obrigações Vinculadas a Concessão	136.180,18	1,04	136,63	99.671,43	0,77	140,74	70.820,94	0,58
PATRIMONIO LIQUIDO	10.639.477,64	81,07	96,99	10.970.130,23	85,10	105,68	10.380.049,72	84,96
Capital Social	3.667.335,89	27,94	106,01	3.459.512,25	26,84	103,25	3.350.668,69	27,42
FATES	164.512,45	1,25	90,61	181.570,82	1,41	113,89	159.428,88	1,30
Fundo para Manutenção Aplicação em Melhorias	4.590.637,14	34,98	100,00	4.590.637,14	35,61	106,95	4.292.421,44	35,13
Perdas/Sobras	(312.666,87)	(2,38)	(149,78)	208.750,99	1,62	1,62	107.514,82	0,88
Reavaliação	1.544.771,61	11,77	100,00	1.544.771,61	11,98	100,00	1.544.771,61	12,64
Reserva de Equalização	59.020,88	0,45	100,00	59.020,88	0,46	100,00	59.020,88	0,48
Reserva Legal	925.866,54	7,05	100,00	925.866,54	7,18	925.866,54	866.223,40	7,09
Total do Passivo	13.124.140,74	100,00	101,81	12.891.426,55	100,00	105,51	12.218.064,43	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (CEJAMA, 2017).

Ao analisar o Balanço patrimonial, observamos que os saldos que

compõe o Caixa e Equivalentes de Caixa teve uma queda significativa referente aos anos de 2015 para 2016 onde seu percentual foi de 86,89% em uma análise horizontal do balanço e de 5,56% sobre o ativo total.

Os saldos do Ativo Realizável à Longo Prazo do exercício foram desdobrados os valores do Ativo Imobilizado e Intangível, segregando em valor contábil, depreciação e valor residual.

Observa-se que nas contas a receber referente à (consumidores, concessionárias e permissionárias), houve uma queda no percentual de inadimplência de 91,22% em uma análise horizontal de 2016 referentes aos anos anteriores de 2015 e 2014, e uma redução no percentual de 15,34% referente ao ativo total de 2016.

5.1.4 Demonstrativo do Fluxo de Caixa

As demonstrações do fluxo de caixa indicam as entradas e saídas que ocorreram na permissionária no tempo avaliado. No quadro 16 uma breve análise das demonstrações.

Quadro 16: Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Demonstrativo do Fluxo de Caixa			
Descrição	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	(312.666,87)	596.431,40	307.185,20
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	(312.666,87)	596.431,40	307.185,20
2 - Ajuste Por	(4.136.012,93)	8.797.143,94	(4.680.516,91)
Reintegração Acumulada	(2.377.091,03)	2.486.809,08	(291.031,39)
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores, Concessionários e Permissionários	193.945,59	(333.669,43)	(549.366,15)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(22.784,07)	118.481,48	(17.162,43)
(Aumento) ou Diminuição de Devedores Diversos	0,00	0,00	(15.929,96)
(Aumento) ou Diminuição de Desativação em Curso	0,00	0,00	(8.447,06)
(Aumento) ou Diminuição de Alienação Em Curso	0,00	0,00	3.818,78
(Aumento) ou Diminuição de Provisão	0,00	0,00	(47.937,47)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas Antecipadas	0,00	0,00	(171.752,66)
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores	0,00	0,00	348,94
(Aumento) ou Diminuição de Outros Credores	0,00	0,00	232.594,23
(Aumento) ou Diminuição de Obrigações por Estimativa	0,00	0,00	56.735,56
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(5.941,13)	(17.322,27)	(46.525,26)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(62.424,33)	81.802,87	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	0,00	913,59	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	122.482,30	253.710,48	110.668,78
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Direitos Para Uso Futuro	3.986,30	0,00	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Bens/Atividades não Vinc. À Conc. e Per.	(7.761,28)	(7.876,01)	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	(2.477.828,15)	6.155.611,39	(4.404.123,74)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	164.509,76	(294.531,48)	230.795,03
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	256.386,44	(111.975,37)	23.279,63
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	(101.517,11)	21.832,29	68.086,34
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	45.237,86	576.660,06	127.570,05
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	30.572,18	0,00	0,00
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	65.704,99	(162.153,23)	0,00
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	36.508,75	28.850,49	27.383,85
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	(4.448.679,80)	9.393.575,34	(4.373.331,71)
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	4.179.045,53	(8.579.497,42)	4.216.327,92
Ativo Imobilizado / Intangível	4.171.324,41	(8.573.982,67)	4.228.274,06
Ativo Investimentos	0,00	(7.876,01)	(15.059,63)
Integralização de Capital	7.721,12	2.361,26	3.113,49
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(17.058,37)	(7.679,63)	(15.911,68)
Utilização das Reservas	(17.058,37)	(7.679,63)	(14.440,00)
Reversão de Capital	0,00	0,00	(1.471,68)
6 - Variação no Caixa (3+4+5)	(286.692,64)	806.398,29	(172.915,47)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(286.692,64)	806.398,29	(172.915,47)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.021.650,67	215.252,38	388.167,85
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	734.958,03	1.021.650,67	215.252,38

Fonte: Dados da pesquisa (CEJAMA, 2017).

Na figura 16, percebemos que a conta que chamou atenção foi às sobras líquidas, onde seu resultado encontra-se negativo devido aos ajustes feitos durante o ano de 2016.

Outro coeficiente que podemos perceber é o aumento no fluxo de caixa das atividades de financiamentos, onde ocorreu o uso das reservas legais para abatimento das necessidades financeiras da permissionária, assim como o declínio da variação de caixa, devido a baixa das faturas vencidas acima de cinco anos.

5.1.5 Modelo de Previsão de Insolvência Elizabetsky

Se tratando de modelo de previsão de insolvência, na pesquisa realizada foram adotados os dois modelos brasileiros, Modelo de previsão de Insolvência Elizabetsky e o Termômetro de Kanitz.

Verifica-se na figura 16, que o modelo de Elizabetsky tem como o foco os indicadores de estrutura, evidenciando a relação dos estoques com o ativo total, sendo o ponto crítico do modelo 0,5.

Quadro 17: Modelo de Previsão de Insolvência Elizabetsky.

Modelo de previsão de insolvência Elizabetsky			
$Z = 1,93X1 - 0,20X2 + 1,02X3 + 1,33X4 - 1,12X5$			
	2016	2015	2014
1,93X1	(0,02)	0,02	0,01
0,20X2	0,25	0,12	0,08
1,02X3	0,15	0,17	0,17
1,33X4	0,01	0,01	0,01
1,12X5	0,18	0,14	0,14
Fator Z	(0,12)	0,03	0,02
Situação	Insolvência	Insolvência	Insolvência

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao realizar o cálculo, obteve um grau de incapacidade da permissionária, observando as variáveis que foram calculadas através do fator Z, nota-se que do ano de 2014 a 2016 esta variável foi aumentando negativamente tornando assim insolvente de suas obrigações.

5.1.6 Modelo de Previsão de Insolvência Kanitz

Em relação aos modelos de indicadores de kanitz, foram utilizados dois índices de rentabilidade e estrutura, sendo o de retorno sobre o Patrimônio Líquido e de Alavancagem. Demonstrando assim, a avaliação do impacto dos custos de endividamento da permissionária.

A empresa estará insolvente se o resultado da equação apresentada for inferior a -3 e -7, indefinida, penumbra, entre 0 e -3, e acima de 0 e 7 estarão na faixa da solvência.

Quadro 18: Modelo de Previsão de Insolvência Kanitz.

Modelo de previsão de insolvência Kanitz			
F. Insolvência = $0,05X1 + 1,65X2 + 3,35X3 - 1,06X4 - 0,33X5$			
	2016	2015	2014
0,05X1	(0,00)	0,00	0,00
1,65X2	4,07	3,08	8,73
3,35X3	4,61	5,96	6,18
1,06X4	1,51	1,95	2,01
0,33X5	0,08	0,06	0,06
Fator K	7,09	7,04	12,84
Situação	Solvente	Solvente	Solvente

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como exposto no quadro 18, ao realizar o estudo nos anos de 2014 a 2016, a permissionária teve solvência por estar com o fator K acima de 0, ao decorrer do tempo nos anos de 2014 e 2016, tem-se um declínio dos resultados, onde não influenciou na solvência da permissionária.

5.1.7 Análise de Capital de Giro

A seguir será demonstrado o Capital Circulante Líquido da CEJAMA, assim como sua Necessidade de Capital de Giro e Saldo de Tesouraria.

No quadro 19, podemos observar os respectivos valores conforme os anos estudados.

Quadro 19: Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
	2016	2015	2014
CCL	1.004.481,19	2.037.397,32	1.376.345,78
(-) NCG	308.749,63	1.024.400,94	1.169.747,69
(=) ST	695.731,56	1.012.996,38	206.598,09
ST/NCG	225,34%	98,89%	17,66%

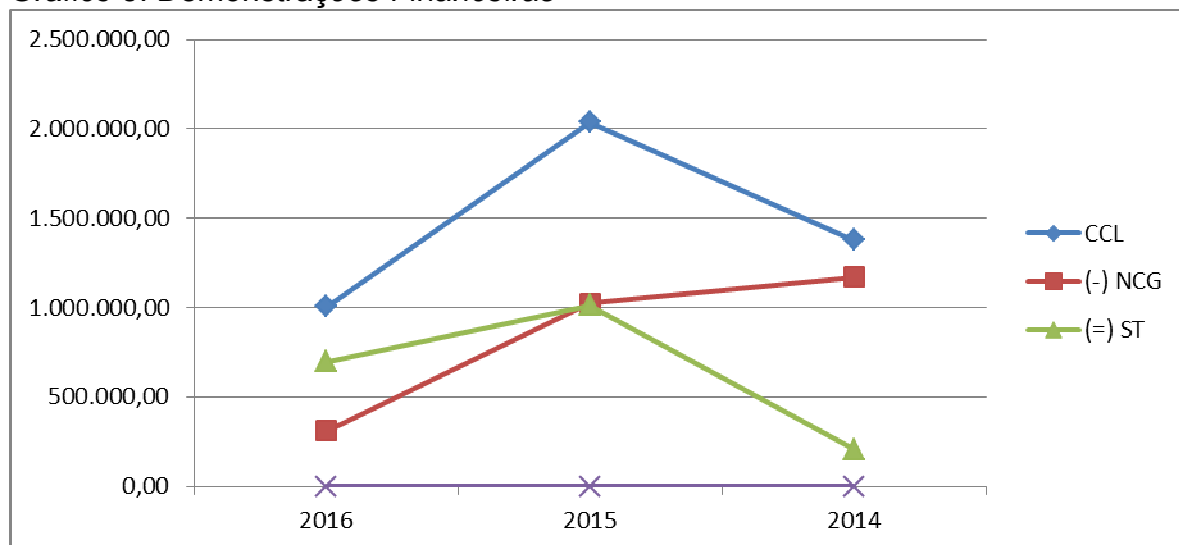
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar o quadro 19, observamos uma queda no capital circulante líquido referente aos anos de 2015 para 2016 em um percentual de 49,30%, assim como na Necessidade de Capital de Giro, quando positiva significa que a empresa

não necessita de recursos onerosos, onde o saldo de tesouraria encontra-se positivo significando que a empresa não necessita de empréstimos ou utilização dos investimentos.

No gráfico 5, podemos observar o demonstrativo dos dados acima citados.

Gráfico 5: Demonstrações Financeiras



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao observar os percentuais do ST referente à NCG percebemos uma queda devido ao declínio da NCG referente aos anos de 2014 para 2016, devido a um aumento no passivo circulante em contas a pagar.

5.1.8 Ciclo Financeiro

O ciclo financeiro compreende o prazo entre as entradas de caixa provenientes dos recebimentos das vendas e as saídas de caixa relativas aos pagamentos dos fornecedores.

A seguir as demonstrações do ciclo financeiro da CEJAMA:

Quadro 20: Ciclo Financeiro

CICLO FINANCEIRO			
ANO	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Prazo Médio de Estoques	6	8	7
Prazo Médio de Recebimentos	47	58	65
Prazo Médio de Pagamentos	33	32	30
CF	20	34	42

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar o ciclo financeiro da CEJAMA, percebe-se que o prazo médio de estocagem não excede a 8 dias, devido à quantidade de compra de energia, onde a permissionária adquire somente os kV necessários para o fornecimento do mês atual, assim como o prazo médio de pagamento onde a aquisição é paga no mês subsequente da compra.

Percebemos no prazo médio de recebimento que durante os anos de 2014 para 2016 houve uma redução de 72% no prazo, devido ao faturamento onde o consumidor tem a escolha de seis datas para efetuar o pagamento da compra de energia.

Em relação ao quadro do ciclo financeiro, nota-se que devido a forma de compra e fornecimento de energia a uma variação considerável entre o prazo de recebimento e pagamento, devido ao consumidor realizar o pagamento da aquisição somente no mês subsequente do uso.

5.1.8 Parecer da Análise

Com a realização deste estudo, buscou-se avaliar o índice de inadimplência da CEJAMA. A partir da análise de dados coletados por meio da pesquisa realizada, verificou-se que uma das maiores causas da inadimplência é a falta de planejamento financeiro e estratégico, onde a distribuidora de energia elétrica trabalha com a prestação de serviço e suas receitas são obtidas através da venda de energia. Contudo as perdas de receita ocorrem a partir do momento que os consumidores deixam de pagar suas faturas de energia ou tem o seu fornecimento suspenso por falta de pagamento.

Ao ocorrer o não cumprimento da obrigação a Cooperativa terá uma perda de receita, ocasionando um aumento na conta de consumidores no balanço patrimonial, indicando um aumento da inadimplência no respectivo ano ocorrido.

Para minimizar a perda e não comprometer seu caixa a distribuidora deve estar sempre buscando novos métodos para reduzir a inadimplência. Pois com as receitas obtidas é pago a compra de energia da CELESC, seus funcionários, fornecedores e mantém seu patrimônio.

Assim propõem-se uma forma de cobrança para a recuperação dos valores referentes às faturas que permanecem em aberto após o fornecimento de energia suspenso, onde a Cooperativa entrará em contato com o associado solicitando que mesmo compareça à sede da cooperativa em um determinado prazo, com o intuito de solucionar a questão, caso contrário o associado terá seu CPF negativado junto ao SERASA, implicando nas compras por meio de crediário ou em possíveis financiamentos que o associado desejar realizar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Cooperativas são sociedades de natureza civil, formadas por no mínimo 20 pessoas, gerada de forma democrática com objetivos econômicos e sociais comuns. No Brasil, as cooperativas são legisladas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional do cooperativismo, instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.

O objetivo desse trabalho foi de verificar o reflexo da inadimplência nas demonstrações financeiras e no fluxo de caixa da Cooperativa de eletricidade Jacinto Machado - CEJAMA. Com o intuito de responder a seguinte pergunta: Qual o impacto da inadimplência em uma Cooperativa de Eletricidade do Sul de Santa Catarina?

Para responder a pergunta referente, foi realizado um estudo de caso, analisando os índices de inadimplência da CEJAMA, as demonstrações do resultado do exercício, balanço patrimonial, demonstrações do fluxo de caixa, previsão de insolvência, demonstrações financeiras e o ciclo operacional.

Dentre as questões relacionadas, o enfoque foi em analisar os fatores que geram a inadimplência e os métodos utilizados para sua minimização, conferiu-se que os índices de inadimplência na CEJAMA oscilam durante os anos estudados, desta forma é necessário novos métodos de cobranças para a redução das faturas em atraso.

Neste sentido, com intuito de melhorar o processo de gestão, propõem-se algumas medidas para reduzir a inadimplência e melhorar o controle, tais como: a) Incentivar os associados/consumidores a colocarem suas faturas de energia em débito em conta; b) adotar sistema de envio de mensagem de texto para celular para os associados/consumidores informando sobre a fatura em atraso antes de ser efetuada a suspensão; c) ligações telefônicas para os associados/ consumidores a fim de regularizar a situação e evitar que seu nome seja negativado junto às empresas de proteção ao crédito, e, contudo, recuperar o valor que hoje é considerado perdido.

Como conclusão, constatou-se que o estudo realizado, possibilitou a identificação dos pontos a serem aperfeiçoados na cooperativa em relação à

cobrança. Desta forma, a permissionária fara um estudo na metodologia proposta, para uma futura implantação dos métodos sugeridos.

REFERÊNCIAS

ANEEL. **Cartilha Conheça a Aneel**. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/cartilha_conheca_a_aneel.pdf>. Acesso em **09 junho 2017**.

ASSAF NETO, Alexandre. **Administração de capital de giro**. 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006. 300 p.

BARTH, Nelson Lerner: **Inadimplência – Construção de modelos de previsão**. Editora Nobel. São Paulo. 2004.

BRASIL. Constituição (1990). Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990. Lei. BRASILIA, 11 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.

BRASIL. Constituição (1971). Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. **Lei**. BRASILIA, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 775 p.

GROPPELLI, Angelico A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. 2.ed São Paulo: Ed. Saraiva, 2002. 496 p

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras : aplicações e casos nacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010. 603 p.

MARTINS, Eliseu. (Et. al) FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades** – 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 888p.

MATARAZZO, D.C **Análise Financeira de balanços: abordagem básica e gerencial** 6.ed. São Paulo: Atlas. 2003.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Dispões sobre Cooperativismo. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/#/o-que-e-cooperativismo>> Acesso em 09 de Junho 2017.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997. 320 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 298 p.

PINTO, E.. Entrevista. **Revista Vende Mais**. São Paulo-SP, n. 142, ano 12. Fev/2006, p. 20 A 24.

REIS, Carlos Donato; VITTORATO NETO, José. **Manual de gestão e programação financeira de pagamentos (incluindo abordagem de organização, sistemas e métodos)**. São Paulo: edicta, 2001. 403 p.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**, São Paulo: 5ª Ed. Best Seller, 2000.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia prático e objetivo de apoio aos executivos**. 2. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2006. 147p.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 398 p.

SILVA, José Pereira da. **Administração de crédito e previsão de insolvência**. São Paulo: Ed. Atlas, 1983. 139 p.

VIEIRA, Marcos Villela. **Administração estratégica do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 2005. 326p.